

81'37

5231

UNEMAT		
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA - MT		
BIBLIOTECA REGIONAL		
TOMBO Nº 00 416 156		
DATA	19	10 / 2016
CONTROLE:	9262 8093	
() COMPRA ☒ DOAÇÃO () PERMUTA		

**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
FACULDADE DE LINGUAGEM E ZOOTECNIA
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

WERMERSON DIAS DOS SANTOS

**GESTOS DE LEITURA SOBRE OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO DE VILA
BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE: (RE) DIVISÃO DE SENTIDOS PARA O
SUJEITO MORADOR**

Pontes e Lacerda, MT.
2016

WERMERSON DIAS DOS SANTOS

**GESTOS DE LEITURA SOBRE OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO DE VILA
BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE: (RE) DIVISÃO DE SENTIDOS PARA O
SUJEITO MORADOR**

Monografia apresentada ao Curso de letras
Campus de Pontes e Lacerda da Universidade
do Estado de Mato Grosso como exigência
parcial para obtenção do título de docente em
língua portuguesa, sob orientação do professor
Ms. Divino Alex Rocha de Deus.

Pontes e Lacerda, MT
2016



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
FACULDADE DE LINGUAGEM E ZOOTECNIA
DEPARTAMENTO DE LETRAS



ESTE TRABALHO MONOGRÁFICO FOI DEFENDIDO E APROVADO PELA SEGUINTE
BANCA EXAMINADORA:

Prof. Ms. Divino Alex Rocha de Deus (orientador)

Profª. Drª. Eliana de Almeida (membro)

Prof. Ms. Weverton Ortiz (membro)

Pontes e Lacerda - MT
Setembro de 2016

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho, aos meus pais, José Lopes dos Santos e Maria Lucia Dias dos Santos, que sempre me incentivavam na busca do conhecimento.

À minha esposa, Tayná Mariane Silva Paulino dos Santos, pelo companheirismo nos momentos difíceis vividos na academia.

AGRADECIMENTO

Ao meu orientador, Divino Alex Rocha de Deus, por ter aceitado a me auxiliar com todo seu conhecimento sobre a linguagem na busca de resultados expressivos do meu trabalho.

À Unemat, pela possibilidade de ingresso nos caminhos do conhecimento acadêmico, da linguagem e literários.

Ao Vladimir Gomes Silva, amigo que foi o ponto de partida dessa jornada acadêmica, pois seus incentivos foram válidos naquele momento de dúvida.

A Graziane Rossi, amizade que foi construída e consolidada no decorrer desses quase cinco anos de faculdade, pois dividiu comigo seu conhecimento na falta do meu entendimento nas disciplinas cursadas.

À câmara e a prefeitura de Vila
Bela da Santíssima Trindade, pelo
fornecimento de materiais que serviram como
fonte de pesquisa para que esse trabalho fosse
produzido.

Aos meus amigos de classe, que de
alguma maneira contribuíram para que eu
chegasse até esse trabalho de conclusão de
curso.

RESUMO

Para o presente trabalho, nos inscrevemos na teoria da Análise do Discurso (fundada por Pêcheux 1969; 1975, na França; Orlandi 2002; 1996, no Brasil) por possibilitar a problematização dos sentidos naturalizados por ser uma disciplina da interpretação e nos filiamos no dispositivo teórico e analítico da Semântica do Acontecimento, conforme trabalhada pelo linguista Eduardo Guimarães (2002) no livro: Semântica do Acontecimento. Com o convívio dos moradores na cidade de Vila Bela – MT, podemos perceber que o sentimento de pertencimento à cidade não são os mesmos no que diz respeito à identificação à cidade. Há um embate de sentidos na projeção de sentidos para o Centro Histórico e para o Bairro Aeroporto como espaço urbano da cidade. A partir dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso empreendemos gestos de leitura sobre o espaço urbano como espaço de produção de sentidos da cidade para o sujeito/morador vilabelense. E pela Semântica do Acontecimento tomamos a nomeação dos espaços urbanos como lugar de escuta de sentidos. Portanto, tomamos como objeto de análise, os processos de constituição/organização/nomeação da cidade, para compreendermos o discurso e o sentido que ecoam da/para cidade.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Cidade de Vila Bela, Identidade, Espaço, Memória de Sentidos.

ABSTRACT

For this paper, we inscribe in the theory of discourse analysis (founded by Pêcheux 1969 and 1975 in France, Orlandi 2002; 1996 in Brazil) by allowing the questioning of the senses naturalized to be a subject of interpretation and we join in the device theoretical and analytical of the Event Semantics, as crafted by linguist Eduardo Guimarães (2002) in the book: *Semantics of Event*. With contact with residents in the city of Vila Bela - MT, we can see that the feeling of belonging to the city are not the same as regards the identification of the city. There is a clash of sense in projecting directions to the Historical Center and the Airport District as an urban space of the city. From the theoretical presuppositions of discourse analysis undertaken reading gestures on the urban space as the city's way of production space for the subject / vilabelense resident. And the Semantics of Event took the appointment of urban spaces as a place of senses listening. Therefore, we take as the object of analysis, the processes of incorporation / organization / appointment of the city, to understand speech and the meaning of echo / to town.

Keywords: Speech analysis, City Vila Bela, Identity, Space, Sense memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1 - A ANÁLISE DE DISCURSO: DISPOSITIVO ANALÍTICO.....	03
2 - A CONSTITUIÇÃO DA CIDADE DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	08
3 - VILA BELA DA SS. TRINDADE: ESPAÇO E MEMÓRIA.....	14
3.1-LEITURA DO ESPAÇO URBANO COMO MATERIALIDADE DE SENTIDO.	14
3.2-NOMEAÇÕES DO ESPAÇO URBANO: UMA MEMÓRIA DE SENTIDO PARA VILA BELA DA SS. TRINDADE.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

INTRODUÇÃO

Vila Bela tem seu centro constituído por monumentos históricos que funcionam como atrativos para turistas e visitantes que se deslocam para lá. Com o convívio com moradores de Vila Bela podemos perceber que o sentimento de pertencimento à cidade não são os mesmos no que diz respeito à identificação com espaço/sentido urbano para cidade. Isto nos instigou a empreender gestos de escuta de sentido para entendermos os processos identitários postos em jogo para os moradores desta cidade. Nossa pergunta norteadora para a compreensão de nossa pesquisa analítica é: Como se constitui os sentidos que identificam sujeito/espços vilabelenses?

Diante dessa questão, nos ocupamos a compreender como se dá a produção de sentidos para sujeito da cidade. Para isto, empreendemos em confrontar diferentes gestos de leitura que incidem sobre o processo de constituição do espaço urbano, sobre a organização do espaço urbano e sobre a nomeação do espaço urbano para compreensão dos sentidos postos em jogo no/para os espaços citadinos.

Procuraremos inicialmente dissertar sobre a Análise do Discurso, pensando a sua fundação e as noções que a constitui como dispositivo teórico-analítico. Pois, é ela que nos possibilita tomar o espaço urbano como linguagem, enquanto forma material que reclama sentidos no espaço citadino vilabelense.

Em seguida, apresentamos uma leitura discursiva dos processos socio-históricos que constituem a ocupação e urbanização do território vilabelense. Ocupamos-nos em analisar os gestos empreendidos pelo Estado para garantir a posse do território ao projetar, no século XVIII, uma capital na fronteira, constituindo assim um processo de urbanização. Analisamos os gestos de projeção e, posteriormente, abandono ao projeto urbano que marcam a constituição da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Posteriormente fazemos uma leitura discursiva sobre os espaços urbanos da cidade, tomando como materialidade os modos como o Centro Histórico e o Jardim Aeroporto são pensados/projetados na relação sujeitos/espços citadinos.

Na última parte, buscamos constituir um gesto de leitura da espacialização da linguagem na cidade, tomando as nomeações dos espaços urbanos como materialidade de análise. Assim nos filiamos à teoria da Semântica do Acontecimento para a compreensão do processo de nomeação do espaço urbano: ruas, avenidas, praças e escolas a fim de confrontar

os sentidos postos em jogo para Vila Bela da Santíssima Trindade.

1 - A ANÁLISE DE DISCURSO: DISPOSITIVO ANALÍTICO

Para falarmos sobre o homem e a linguagem sempre precisamos nos filiar a uma perspectiva teórica. Filiamos-nos à Análise de Discurso (fundada por Pêcheux 1969; 1975, na França; Orlandi 2002; 1996, no Brasil) por possibilitar a problematização dos sentidos naturalizados, uma vez ela se constitui como disciplina da interpretação. A Análise do Discurso, conhecida como “escola francesa de análise do discurso” surgiu na década de 60-70 na França e se constitui a partir de três áreas de estudos distintos: a Linguística, o Marxismo e Psicanálise: toma a problematização histórica-política, proposta pelo marxismo ortodoxo e a tomada de posição althusseriana da releitura de Freud. Portanto, não se trata de uma soma de diferentes saberes, mas as releituras de Lacan, Althusser e Pêcheux das ideias teóricas de Freud, Marx e Saussure, as quais uma teoria propõe uma releitura desses três pilares para tal ciência da interpretação. Desse modo, a Análise do Discurso não se limita a um estudo puramente linguístico, ou seja, não tem como foco analisar só a parte gramatical da língua; a palavra, a frase, e sim considera outros aspectos externos à língua: os elementos históricos, sociais, culturais, ideológicos que constituem a produção de um discurso e nele se refletem o espaço que esse discurso ocupa em relação a outro(s) discurso(s) produzido(s) e que circula(m) em uma comunidade. Para a Análise de Discurso, o estudo da língua está sempre determinado pelo ideológico/ sócio-histórico.

Orlandi (2003, p.3) afirma que a teoria discursiva “leva a sério quando Saussure faz a afirmação de que a língua é um fato social, é só pensarmos a língua como um fato e significarmos o que é social, ligando a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, e a ideologia e o inconsciente”. Enquanto Saussure define a língua como social, mas a formula como um sistema fechado. Orlandi afirma que, discursivamente, a língua só existe como materialidade. A língua é atravessada pelo sentido/materialismo histórico, a materialidade da ideologia, ou, seja o discurso. Da dicotomia língua/fala produz um deslizamento para a relação não dicotômica língua e discurso.

Segundo Pêcheux, as palavras não tem um sentido ligado a sua literalidade, o sentido é sempre uma palavra por outra, ele existe nas relações de metáforas nas formações discursivas que são seu lugar histórico provisório, de maneira que “está exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de torna-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1983, p. 53). Assim, não há sentido sem interpretação, e nesse sentido atesta a presença da ideologia

re-significada. O trabalho da ideologia é produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Ou seja, a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos.

O fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia. Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que quer dizer isto? Nesse movimento da interpretação o sentido parece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. (Orlandi, 2001. p45.)

A partir de Orlandi é possível dizer que a ideologia é a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de evidência, sustentando-se sobre o já dito, os sentidos institucionalizados, admitidos como naturais. Na ideologia, não há ocultação de sentidos, mas apagamento do processo de sua constituição.

Lembrando que o sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. Ou seja, para Orlandi (2001, p. 11) “A ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história”. Com a noção de equívoco e falha.

A língua é capaz de falha, constitutiva da ordem simbólica, e o equívoco já é fato de discurso, ou seja, no uso da língua capaz de falha na história que produz o equívoco. E isto só é possível no funcionamento da ideologia e do inconsciente, em outras palavras, o equívoco é a falha da língua, na história.

A subjetividade explica o acontecimento da língua no homem, estruturando-se no acontecimento discursivo significante. É aqui que acontece o deslocamento da noção de homem em sujeito. O que acarreta imediatamente dois deslocamentos paralelos, o do sentido e o da própria língua, posta esta em relação com a história. Ainda sobre sujeito e sentido, Orlandi diz que “a formação discursiva –lugar provisório da metáfora –representa o lugar de constituição do **sentido** e de identificação do **sujeito**. **Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade**, especificidade, limites que o configuram e o distingue de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro”. (Orlandi, 2001:11. Grifo nosso)

No que refere a análise, Orlandi (2003), ao descrever sobre o funcionamento da linguagem, sugere a construção de um dispositivo de *interpretação*, que teria como característica “[...] colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.” (ORLANDI, 2003, p.59). A Análise de Discurso, não está a

investigar um sentido verdadeiro ou falso, mas procura compreender o real do sentido em sua materialidade linguística-histórica. Não apreendemos a ideologia e nem controlamos o inconsciente com saber, o funcionamento da língua é ideologicamente materializando nesse jogo discursivo entre o inconsciente histórico e ideologia. Pois a Análise de Discurso considera que todo o enunciado tem um ponto de deriva possível, gerando possibilidades à interpretação, ou seja, todo enunciado é sempre suscetível de tornar-se outro, e esse outro é lugar da interpretação. Esse é o lugar onde se constitui o sujeito, é o lugar da manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos, é nesse funcionamento interpretativo que o interdiscurso se materializa no discurso, produzindo sentido com o exterior como alteridade discursiva.

O que podemos compreender é que a interpretação só é possível na organização história/memória e relações sociais significantes. Esta compreensão nos dá condições de tomar a cidade enquanto espaço de sentido e estabelecer gesto de escuta, perguntando-nos não só por aquilo que se diz/interpreta inconscientemente, mas também sobre aquilo que não se diz sobre o pertencimento à cidade. Neste sentido, Eni Orlandi (2003), ressalta dois momentos para interpretação analítica: 1. A autora considera que a interpretação faz parte do objeto da análise, ou seja, o sujeito que fala interpreta, e o analista descreve esse gesto de interpretação do sujeito que constitui um novo dizer/sentido submetido à análise. 2. Orlandi diz que é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, portanto o próprio analista está envolvido na interpretação, criando-se assim a necessidade de um dispositivo teórico que intervenha na relação com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento entre sujeito e interpretação.

É importante considerarmos a noção de formação discursiva a qual se define a partir do interdiscurso e que se configura através da materialização de sentidos pré-construídos, forçando-a redefinir seu retorno e organizar sua repetição. Portanto, é também submetida a provocar seu *esquecimento/apagamento* até mesmo sua denegação. Pêcheux define duas formas de esquecimento no discurso as quais possibilitam o funcionamento da linguagem. O primeiro é da instância do inconsciente, e se define pelo modo como somos afetados pela ideologia. Por esse viés, temos em nós a ilusão de que somos a origem do que dizemos, e na verdade retomamos sentidos pré-existentes. Orlandi faz alusão ao sonho *adâmico*¹ para exemplificar esse esquecimento, é o sujeito falante em seu pensamento, se colocando como

¹ Rubrica: religião. Relativo a Adão, o primeiro homem, segundo a Bíblia. Derivação: por extensão de sentido. Relativo à primitiva raça humana. Derivação: por extensão de sentido. Que é primitivo.

um autor do seu dizer, sendo o primeiro homem, dizendo algo inédito que significa exatamente o que quer dizer.

A segunda forma de esquecimento é da ordem da enunciação, um dizer pode ter várias formas, porém falamos de uma e não de outra. Por exemplo, ao falarmos beber, poderíamos dizer tomar, ingerir etc. que ao longo dos dizeres formam-se famílias parafrásticas as quais apontam que os dizeres podem ser outros. Segundo Orlandi (2003) esse esquecimento produz em nós a impressão da realidade do pensamento. A autora define esse acontecimento de ilusão referencial, fazendo-nos pensar que há uma sincronia entre o pensamento, linguagem e mundo, de maneira que nos faz pensar que só há uma maneira de dizer e não outra, estabelecendo uma relação natural entre palavra e coisa. É a partir desta compreensão que propomos a desnaturalização de sentidos.

Orlandi em *Princípios e Procedimentos* considera esse esquecimento como parcial. “Mas este é um esquecimento parcial, semi-consciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos a esta margem de famílias parafrásticas para melhor especificarmos o que dizemos”, (ORLANDI, 2003, p.35). Isto implica dizer que o modo de dizer não é diferente aos sentidos, vindo a chamar como esquecimento enunciativo dois.

Outra noção da Análise do Discurso que é necessária dizeré a relação entre paráfrase e polissemia: entre o mesmo e o diferente, pois o discurso se faz nessa tensão. A paráfrase reitera o mesmo, a memória, o dizível, enquanto a polissemia admite, permite abre-se para o outro. Nessa relação acontece o deslocamento dos sentidos, rompendo o processo de significação. É nessa relação que a memória estrutura-se entre a paráfrase e a polissemia, vindo a produzir os efeitos metafóricos, ou seja, efeitos outros de resignificação a transferência de sentidos. Orlandi vai dizer que

Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiações dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) resignificam. (Orlandi. 2003, p.36)

A partir de Orlandi, podemos compreender que o movimento dos sujeitos e dos sentidos, só são possíveis porque o real da língua é sujeito à falha e o real da história é passível a ruptura. Compreensão esta que nos faz ver que a incompletude é a condição da linguagem, ou seja, nem os sujeitos nem os sentidos, e logo nem o discurso não estão acabados. Eles estão sempre se reconfigurando/refazendo/resignificando, havendo assim um movimento constante do simbólico e na história. Portanto, é pelo funcionamento da relação

tensa entre paráfrase e polissemia é que se constitui a existência dos sujeitos e dos sentidos, pois é dessa maneira que o sujeito se reinscreve/se refaz. É na quebra do que já existe, passando a existir sentidos outros em sua criatividade técnica, abrindo espaço para a produtividade, reinterando processos já cristalizados. Resumidamente, paráfrase e polissemia é o eco de uma memória que se resignifica em cada vez que se reapresenta. Paráfrase é a repetição a matriz do sentido. Polissemia é a resignificação a multiplicidade dos sentidos e dos sujeitos.

É a partir desse modo e lugar específico de compreensão do funcionamento da linguagem que buscamos compreender os sentidos constituídos pelo/no simbólico sobre o espaço urbano como identidade do/para sujeito morador da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, no que tange a espaço/sentido para o centro histórico e Jardim Aeroporto.

2- A CONSTITUIÇÃO DA CIDADE DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Ao tomarmos Vila Bela como espaço de construção urbana ainda no século XVIII, há de considerar um processo formação discursiva que significa a cidade tal como é apresentada na contemporaneidade, processo que não está inscrito na territorialidade do urbano, mas significado na prática política-discursiva que constitui a cidade.

Entendemos que para significar um espaço enquanto cidade é necessário à institucionalização deste pelo discurso jurídico. Deste modo procuraremos compreender as condições de produção em que se produziu o estatuto jurídico à Vila Bela como capital/antiga capital. Para nosso gesto de leitura faremos um percurso histórico sobre o processo o qual *cidade* significou e significa enquanto materialidade (unidade imaginária) que configura práticas sociais para sujeito/espaço/sentido.

Ao olharmos para o espaço físico e simbólico de cidade no período medieval, percebemos um antagonismo em relação às cidades contemporâneas. Um dos princípios que constituía cidade ainda no medievalismo eram as muralhas, que por conta da guerra dos cem anos entre a Inglaterra e a França, os reis a procura de segurança propõe-se a construção dos muros, e com o tempo os muros passam a se ressignificar historicamente no que diz respeito à cidade.

E, não obstante, a muralha foi o elemento mais importante da realidade física e simbólica das cidades medievais. Embora seja provável que motivos militares tenham estado na origem da construção das muralhas, nem por isso essas deixaram de constituir – inspiradas no modelo dos muros, antigos ou lendários, que definem um espaço sagrado da cidade – o elemento essencial para a tomada de consciência urbana na idade Média. (Goff, 1924,p14).

Com a construção dos muros em torno das cidades, criam-se o conceito de que para ser cidade era necessário ter os muros como elementos físico/simbólico, as aglomerações que eram construídas fora desse espaço, eram chamadas de cidades campestres/campos. Dessa forma, podemos perceber que criam-se um mecanismo de sentido na relação cidade/campo, a muralha define um espaço de exclusão, o do mundo rural, mas com a participação direta dos camponeses ele também ganham direito de refúgio em caso de guerra, invertendo de fato as funções em relação a população rural, definindo-se a muralha na sua parte interna um espaço de refúgio. No entanto, podemos pensar que o sistema de muralhas leva a privilegiar elementos essenciais do ponto de vista tanto funcional quanto simbólico. Dessa maneira vemos um deslizamento de sentido no que diz respeito a muro/cidade/sujeito, pois o muro que

fora construído por motivo de proteção passa ressignificar cidade quanto espaço de sentidos, o muro se torna uma simbologia para materializar cidade.

Wirth (1967, p.95) ao mencionar a existência da cidade moderna, ele relativiza essa construção sob a revolução industrial com aparecimento da tecnologia moderna da máquina automotriz, da produção em massa e da empresa capitalista, fazendo com que ocorra um crescimento urbano nas cidades. Wirth valoriza outros aspectos para o conceito de cidade, para o autor, a cidade tem que ter índice x moradores, e ter instituições que sustentem esse *status*, como por exemplo, uma cidade no conceito do autor tem que ter igreja, cadeia, escolas, cinema, rádio e jornais, tudo isso em virtude de demanda, para que haja organização e correspondência cultural. Wirth (1967, p.91) faz, “Uma definição sociologicamente significativa do que seja cidade procura selecionar aqueles elementos do urbanismo que a marcam como um modo distinto de vida dos agrupamentos urbanos”.

Podemos compreender que a partir das definições de/sobre cidade que Wirth aponta, percebemos que cidade é atravessada pelo urbano, ou seja, a definição de cidade é transcrita de maneira empírica, através de números/grupos urbanos. Cidade é vista como um sinônimo de *urbe* sendo parafraseada por área urbanizada e diferenciada por campo/rural, por critérios de população, densidade populacional e estatuto legal. Área urbanizada evoca um discurso sociológico, geográfico e/ou histórico que materializa o objeto cidade, filiando-se ao espaço geográfico - área e sociológico - urbano, que é compreendido por cidade.

Dentre as definições/atribuições sobre o que é cidade/urbano, por um ponto de vista socio-histórico, nos mobilizamos também a compreender o que é cidade a partir da Análise do Discurso. Sob o olhar da Análise do Discurso, a cidade é compreendida pelo seu funcionamento no simbólico, pois ela considera cidade aquilo que ultrapassa o senso comum. Vai mais além de um olhar arquitetônico, como por exemplo, as ruas, as casas, a calçada, os prédios, a quantidade de moradores etc., ou seja, não é a estrutura em si que a faz definir cidade e, sim o discurso que evoca sobre cidade como espaço simbólico.

A linguagem, nessa nossa perspectiva, não é trabalhada para enumerarmos as várias funções da linguagem na cidade, mas ela nos permite compreender o funcionamento do urbano, do cidadão, do social nesse espaço simbólico específico que é a cidade. (ORLANDI, 1998, p.3)

A cidade nessa perspectiva funciona apenas como lugar simbólico e empírico, os sentidos por ela produzidos não corresponde ao discurso sobre cidade. Como que de fato, o que nos importa aqui é o funcionamento do social nesse espaço, são os efeitos de sentidos e de completude que são produzidos nesse espaço. Pois está posto em jogo, relações de sentidos

entre *espaço público* e *espaço social*, ou seja, é o funcionamento legislativo relacionando com o social. Por exemplo, uma praça se instaura como espaço público pelo funcionamento legislativo, que serve como lugar de passeio, lazer, afetividade entre outros, pelo discurso urbano. Porém, ao tomarmos como espaço social, os funcionamentos são outros, ao acompanharmos os telejornais, nos deparamos com a violência, roubo e lugar de moradores de rua. O que queremos dizer, é que o discurso que circula sobre cidade como lugar empírico/simbólico, evoca sentidos outros para o habitante, portanto para a Análise do Discurso, a cidade só faz sentido no/pelo sujeito.

Ao mesmo tempo em que colocamos questões a respeito da relação cidade/urbanidade, também colocamos em questão a cidadania. Pensando o habitante da cidade como sendo uma posição-sujeito significativa, podemos considerá-lo na perspectiva dos estudos da linguagem em que se afirma que é no sujeito que o mundo faz sentido e que a linguagem se diz, se realiza como discurso. Desse modo, o objetivo de nossa reflexão é pensar como a cidade faz sentido no sujeito, como ela se diz nele. (Orlandi 1998, p.4)

Dentre outras tantas maneiras de compreensão sobre a cidade pela a Análise de Discurso, podemos pensar a cidade como parte fundamental de um processo em que se significa não apenas empiricamente, mas também materialmente, constituindo novas formas sociais, representando um real deslocamento ideológico nos modos de significar e viver a cidade.

Vila Bela da Santíssima Trindade foi planejada e edificada para ser capital no século XVIII. Sua edificação era o maior marco da posse da coroa portuguesa no extremo oeste de Mato Grosso. Foi edificada e governada por D. Antonio Rolim de Moura, entre o meado do século XVIII. Entretanto, Rolim de Moura, talvez atento apenas na questão fronteiriça, não avaliou o espaço de tal construção em uma distância longínqua do rio Guaporé, o que fez com que a Vila Capital sofresse com os infortúnios das cheias guaporeanas, tornando-se uma cidade insalubre, consequente tal condição e entre outras fez perder o direito de capital.

A partir do ponto de vista discursivo podemos dizer que a formação do espaço de Vila Bela da Santíssima Trindade evoca uma memória discursiva de disputa por posse de territórios de espaço e de poder. A construção de Vila Bela materializa uma jogada política feita pela coroa portuguesa, já que outrora a região pertencia aos espanhóis. Podemos fazer uma leitura de que para legitimar a posse destas terras, os portugueses procuraram ocupá-las, pois com a aglomeração poderiam nomear o espaço em Língua Portuguesa e, desse modo, tomariam posse das riquezas naturais que se existiam. Nossa leitura incide no modo como se dá processo de urbanização: A Vila se constitui como capital pela intervenção do Império o

qual estimulava a vinda de moradores para a região como forma de consolidar a posse das terras no extremo oeste de Mato Grosso.

Vários incentivos foram oferecidos aos cidadãos brasileiros que se deslocassem e se tornassem sujeito morador no ponto extremo da posse portuguesa, como cita Melgaço em *Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso*. (2001, p.42) “pagamento de meio quinto ou meia capitação, não pagamento dos direitos de entrada e o não pagamento dos dízimos por tempo de doze anos, não execução por dividas contraídas fora da vila e de seu distrito dentre de três anos”. Durante um dado período a coroa portuguesa fez de tudo para aumentara ocupação do espaço urbano na Vila Capital. Contudo, o aumento das cheias no Rio Guaporé provocou constantes problemas epidemiológicos e as pestilentas febres causadoras de mortes. Tudo isso fez surgir discursividades com sentidos pejorativos, o desestimulou a continuidade do processo de migração. As condições desfavoráveis provocou a saída de grande parte dos habitantes, especificamente dos brancos que, devida a condições históricas, tinham melhor situação financeira para subsidiar sua transferência à cidade de Cuiabá. Vale ressaltar que todo o investimento para implantação de uma capital passou a ser direcionado para Cuiabá, justificado pela proximidade a outros centros urbanos e pela melhor infraestrutura, o que projetaria melhoria de vida e crescimento comercial. Permaneceram na Vila Capital os quilombolas, índios e mulatos, contando com uma minoria de branco.

Com a transferência do direito de capital para Cuiabá e o abandono da capitania, muitos moradores deixaram a região, deixando casas, estabelecimentos comerciais e escravos para trás. Nesta condição, este espaço urbano ficou sem a presença e a manutenção efetiva das instituições administrativas do Estado. Muitas das edificações públicas passaram ser ocupadas pelos moradores que ficaram. A cidade passa a ser conhecida como ‘terra dos negros.’

A cidade que nasce e se constitui sob o domínio europeu, se (re) materializa. Os remanescentes escravos garantem, aos seus modos, a sobrevivência da cidade, constituindo no local uma comunidade negra, unida que mantém as suas tradições. Como por exemplo, uma das tradições que estende até os dias atuais é o festejo da dança do chorado. Fernandes (2014) em seu trabalho de dissertação – *Efeitos e Memória: A Festa de Narrativas Vilabelenses*– diz que a dança faz parte das tradições e, que é reconhecida nacionalmente, atraindo a atenção de vários pesquisadores da área das humanas.

A dança reúne, além de curiosos, um grande número de pesquisadores de vários lugares do Brasil, principalmente os das áreas de humanas. Vale considerar que a cidade de Vila Bela, por sua constituição histórica, **tradições**, etc., é reconhecidamente oficializada como uma *comunidade quilombola*. (FERNANDES 2014, p.4 Grifos nossos).

Após a emancipação de Vila Bela, a mesma passa a ter o *status* de município. E sob um arquetonismo europeu, as ruas e avenidas que cortam a cidade se mantêm estreitas, pois ainda não se tinha a ideia de carros movimentados a combustível, os planejamentos eram outros no que diz a organização do espaço urbano.

No discurso da História, Vila Bela da Santíssima Trindade² passa a ser ditado pelo seu espaço (antiga capital) como construção de sentido a partir de uma prática discursiva trabalhada no século XX, gesto que apaga o abandono do Estado e reivindica suas marcas enquanto memória (antigas construções) como identidade para sujeito/espaço vilabelense. A cidade passa ser uma construção de arquivo, instaura assim, gestos de leitura que se repetem no discurso da História. Ou seja, as discursividades naturalizam sentidos para a construção empírica da cidade, a qual passa a textualizar materialmente uma dada história.

Discursivamente pensamos o sentido como *relação a*, e é na prática da linguagem que os sentidos materializam “Pêcheux pensa o sentido como sendo regulado no tempo e espaço da prática humana”. (ORLANDI 2005, p.11). Assim vemos que regulação materializa sentido para Vila Bela faz parecer sentidos outros, de maneira com que a cidade passe a ressignificar-se historicamente e politicamente um projeto urbano abandonado no século XVIII como forma material a ser mantido (pelo Estado) para projetar as condições de existência-materiais denominando –o como Centro Histórico.

A partir dos anos 70 há um novo movimento de migração na região Oeste pelos discursos de ofertas de terras férteis e sobre as riquezas naturais e isso provocou o aumento da demanda de ocupação na região fronteira.

Nos anos 40, instaura-se o movimento *Marcha para Oeste*, cujo efeito de ocupação pouco atinge a faixa de fronteira Brasil/Bolívia. Mas, nos anos 70, a ideia é retomada pelo viés do movimento *Integrar para não entregar* que fez chegar um número considerável de migrantes a *Pontes e Lacerda*. O movimento migratório para a região ganhou forças mais acentuada a partir das políticas governamentais que se efetuaram pelos discursos sobre as ofertas de terras ‘férteis devolutas’, somadas aos discursos

² FERREIRA VICENTE, João Carlos. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá/MT. 2001. Editora Buriti. PÓVOAS, Lenine Campos. **Do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Matogrossense de letras**. Síntese de História de Mato Grosso. Cuiabá – MT – 1992. Editora Resenha Ltda. 2ª Edição.

MELGAÇO, Augusto Leveger Barão de, 1802-1880. **Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso**. Cuiabá; Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. IHGMT, 2001.

GRANDE DOURADOS, Universidade Federal da. **O Governo Local na Fronteira Oeste: A rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII**. Várzea Grande -MT – 2011. Editora UFGD.

sobre as riquezas naturais, que promoveram a extração de minérios, principalmente do ouro. (ROCHA DE DEUS 2012, p.5)

O movimento de migração intervém diretamente no espaço citadino de Vila Bela. Com outra perspectiva urbana em jogo, há uma construção de um aeroporto militar do outro lado da margem do Rio Guaporé, gesto que buscava romper os sentidos já naturalizados sobre a acessibilidade a outras regiões do Brasil. No entanto, os imigrantes e migrantes que vieram passaram a optar em ocupar essa margem esquerda, formando assim, um novo bairro. A instauração deste bairro passa a produzir novas discursividades sobre qualidade de vida na cidade em relação às enchentes do rio Guaporé, uma vez que este bairro está localizado em um ponto mais alto em relação ao *Centro Histórico*. A organização dos espaços urbanos do bairro buscam projetos arquitetônicos pensados a partir dos anos 80. Atualmente a ocupação do Jardim Aeroporto é composta por migrantes de várias regiões do Brasil, além de bolivianos e chiquitanos. Boa parte da demanda comercial que movimenta a cidade é concentrada do lado Jardim Aeroporto.

Diante das condições historicamente dadas, nos interessa perceber como o Estado intervém nessa relação sujeito/espaço vilabelense.

3- VILA BELA DA SS. TRINDADE: ESPAÇO E MEMÓRIA.

Na sociedade contemporânea, os discursos materializam-se em diversas formas e a linguagem tomou diversas materialidades para a produção de sentidos. Por meio da escrita, da pintura, da fotografia e entre outros que em nosso cotidiano, resultante de vozes que trazem em seu sopro identidade, memórias e histórias. A Análise do discurso como tendência teórica de leitura e interpretação, ao se constituir como campo do saber que busca explicitar a produção de sentido na sociedade, nos possibilita buscar na poeira do passado os nossos gestos de interpretação do presente. O homem se significa por meio das mais distintas linguagens e para entender os sentidos por ele produzidos, é preciso entender os modos que os discursos numa sociedade se movimentam. Sabemos que nem um sentido é original de si mesmo, pois eles transitam pelo tempo e pelo espaço, eles rodeiam-nos e nos constituem. Os sentidos são construídos por uma memória, um já dito, que os fazem serem interpretados, eles são os processos de relação com outros sentidos.

Ao colocar a cidade como lugar de observação da relação sujeito/espaço, as mais diferentes práticas de linguagem tornam objetos de escuta/análise. O que parece ser um simples objeto, como uma escultura, uma igreja, uma praça, ou até mesmo um nome, materializam sentidos historicamente constituídos.

3.1-LEITURA DO ESPAÇO URBANO COMO MATERIALIDADE DE SENTIDO.

Olhar para a cidade como um espaço de sentido nos possibilita compreendermos os sentidos históricos constituídos pelo/no simbólico no processo identitário para moradores da cidade de Vila Bela. É pela leitura do espaço urbano como espaço de sentido que tomamos o centro da cidade eo Jardim Aeroporto. Assim, propusemos analisar como que as ruas, a disposição do comércio, as praças e entre outros, materializam sentidos de uma dada urbanidade. Vejamos as imagens abaixo:

Foto 1



Imagem de Vila Bela da Santíssima Trindade, disponível em: <https://www.google.com.br/imgensdevilabela>

Foto2



Imagem de Vila Bela da Santíssima Trindade, disponível em: <https://www.google.com.br/imgensdevilabela>

Foto 3



Imagens de Vila Bela da Santíssima Trindade, disponível em: <https://www.google.com.br/imagensdevilabela>

Essas três primeiras imagens são registros do centro da cidade de Vila Bela: vejamos que na primeira imagem mostra um espaço urbano onde as ruas que cortam a cidade mantêm um modelo de pavimentação antigo (os paralelepípedos), gesto que evoca a olhar para um espaço como histórico. Segundo relatos de alguns dos moradores, já existiu a ideia de passar uma massa asfáltica sobre os paralelepípedos, na tentativa de produzir um gesto de modernizar a cidade, porém, há uma não identificação por parte dos moradores tradicionais, que preferem manter o modelo antigo.

A imagem 2 nos mostra um canhão que está instalado na praça central. O objeto foi usado pelos portugueses no período colonial como objeto de segurança contra os espanhóis no processo de colonização no território brasileiro. Como vemos, o canhão é exibido como monumento histórico e, evoca um gesto de leitura para as disputas de território defendido com lutas e armas. Como afirma Orlandi, todo objeto reclama gestos de interpretação. Percebemos que o espaço urbano aí se constitui como um discurso da história, onde projeta no objeto (canhão) o gesto de reivindicação de uma historicidade de disputa de território fronteiriço. O gesto de expor em praça pública o canhão materializa uma busca de

rememorização, no qual projeta uma identificação do antigo, uma busca de uma dada história como aquilo que constitui o espaço da cidade.

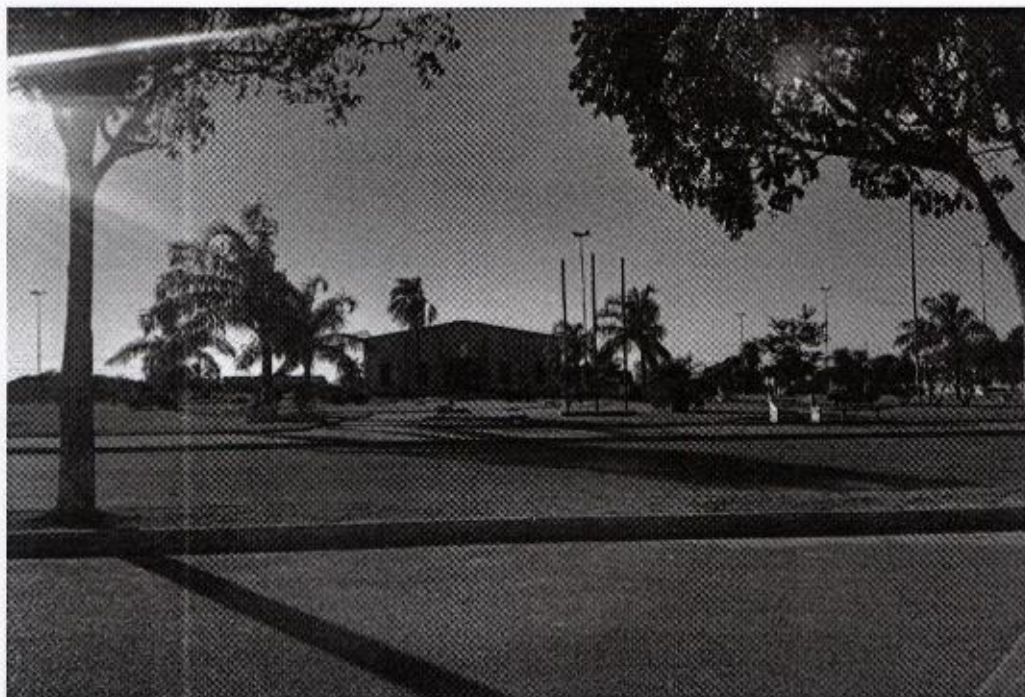
A terceira imagem mostra uma cobertura de proteção sob as ruínas de uma catedral do período colonial, também situada no centro de Vila Bela. A ruína é considerada um símbolo histórico da cidade. A cobertura pode ser interpretada como um gesto do Estado que inscreve o espaço como aquilo que significa enquanto histórico, como aquilo que evoca uma memória. A construção da proteção materializa o gesto de intervenção do Estado para buscar evidenciar a ruína como uma materialidade histórica, como aquilo que diz sobre a história local, e ao mesmo tempo instaura/instala aí uma forma material outra: a proteção passa ocupar espaço urbano como arquitetura. No entanto, as discursividades que ecoam sobre apagam/silenciam a forma material da proteção para evocar uma memória: uma leitura de arquivo sobre a cidade.

O que podemos compreender a partir do gesto de leituras projetados na/para o centro da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, é que está instaurado um desejo de significação do urbano pelo o que há de histórico, constituindo assim, como *Centro Histórico*. A produção de sentido sobre o centro da cidade perpassa a preservação de monumentos como ritual para fazer reverberar uma identidade que ostenta uma dada história, ritual que evoca dizer sempre astradições urbanas como ponto de encontro da relação sujeito/espaço³. Ao tentar dizer, o urbano não apenas assume a história local, não apenas não está reproduzindo efeitos de um passado, mas produz seus efeitos enquanto urbano. Ou seja, o espaço urbano que constitui o *Centro Histórico* se torna uma ritual de linguagem, pois, na tentativa de manter uma dada história, se rediz pelo interdiscurso pela ruptura da história, um sentido de cidade – cidade histórica.

Ao direcionarmos nossa atenção para o bairro Jardim Aeroporto, vamos perceber que o bairro projeta outros gestos de urbanidade, os quais não coincidem com o centro de Vila Bela. Os modelos de casas, a forma espacial das vias públicas e a disposição do comércio reivindicam um sentido outro de cidade e faz ecoar ruídos e imaginários sobre/para moradores. Vejamos algumas imagens abaixo:

³ Ver FERNANDES, Weverton Ortiz. **Efeitos e Memória: A festa de narrativas vilabelenses.** Cáceres/ MT: Unemat, 2014

Foto 4



Imagens de Vila Bela da Santíssima Trindade: registros próprios

Foto 5



Imagens de Vila Bela da Santíssima Trindade: registros próprios

Nas imagens acima, podemos destacar três materialidades que possibilitam empreender gestos de leitura do espaço urbano. Uma delas é a pavimentação das vias públicas: as ruas são asfaltadas enquanto que no centro há o gesto de manutenção da pavimentação é composta pelos paralelepípedos. Outra é a organização das vias urbanas. Pela imagem5 podemos ver que há um canteiro central que divide a rua em duas vias. Esse tipo de via evoca o *status* de avenida, geralmente é vista em cidades maiores. Conspirando ser uma das primeiras vias constituída no bairro, marca aí outra identidade urbana. A disposição do comércio se concentra justamente nessa avenida, com as lojas, restaurantes, farmácias entre outros. Ou seja, tomando o espaço urbano como discurso, vemos um ritual de espacialização que não se inscreve na busca de uma dada história, nem de uma tradição urbana. Mas, como afirma Pêcheux, todo ritual é capaz de falha.

Na imagem 4, podemos perceber que localização de uma igreja que se encontra na Praça do Jardim Aeroporto. Se estamos sobre processos de urbanização, a posição dessa igreja na praça significa enquanto traços de uma memória outra de cidade. Historicamente, tivemos a instalação da igreja em praça central como uma política implantada por Pombal desde a colonização no Brasil, especialmente, nas fronteiras de guerra com o mundo hispânico. "Foi previsto um traçado urbano ordenado para vilas e cidades no qual a praça era demarcada em primeiro lugar, com previsão da localização da igreja, pelourinho, da casa da câmara e cadeia e outras edificações públicas". (SCHURMANN, 1999, p. 164). No período do império, a Igreja e o Estado constituíam uma forma de poder, constituindo, desse modo, outra forma sujeito, aquele interpelado pela Lei. Com a Fundação do Estado, a Igreja passa ser uma instituição específica, pois instaura o imaginário do 'Estado laico'. Nesta perspectiva, a construção recente da igreja em praça pública marca aquilo que negar: uma tradição de urbanidade. No desejo de ser diferente, a história se repete para o bairro com a construção da igreja ao centro da praça.

A construção da igreja católica na Praça do Jardim Aeroporto faz repetir, de algum modo, os sentidos de uma tradição de cidade. Uma memória outra que diz/significa o sujeito/espaço no simbólico. É na relação da paráfrase e polissemia que ecoam sentidos sobre o antigo e o moderno. A construção da igreja na praça faz romper com a ordem moderna de construção de sentidos sobre viés moderno no que tange a cidade. Enquanto linguagem (urbana), materializa aí o equívoco, a contradição do ritual urbano.

3.2-NOMEAÇÕES DO ESPAÇO URBANO: UMA MEMÓRIA DE SENTIDO PARA VILA BELA DA SS. TRINDADE.

Para confrontar gestos de leitura sobre a cidade Vila Bela, tomamos aqui a nomeação de espaços urbanos como lugar de escuta de sentido. No que tange à análise de nome como materialidade, desenvolvemos uma reflexão a partir do dispositivo teórico e analítico da Semântica do Acontecimento, conforme trabalhada pelo linguista Eduardo Guimarães (2002) no livro: **Semântica do Acontecimento**.

Para nosso trabalho recortamos a noção de nomeação e a designação como modos diferentes de ocorrência de funcionamentos semânticos. O processo de nomeação acontece quando se atribui um nome algo.

A designação vai mais além, se refere à significação desse nome, em relação à historicidade produzida, compreendemos que a nomeação é constitutiva na designação. A designação, para Guimarães (2002), pode ser compreendida como atribuição de um nome a algo que já é nomeado, ou seja, é renomear e, conseqüentemente modificar o sentido. Uma vez que uma palavra não há sentido unívoco/uniforme, a designação é compreendida como modo de significar das palavras, já que não há uma única significação. Pensar a designação é pensar o modo como a língua significa em um acontecimento de linguagem. Nessa perspectiva um nome é designado de uma memória/acontecimento histórico (a).

Para Guimarães, (2002, p.38) o “jogo de enunciar a partir de outras enunciações refaz a temporalidade do primeiro acontecimento, exatamente por torná-lo como o rememorado que o presente do segundo acontecimento modifica”. Portanto compreendemos que a significação constitui-se discursivamente a partir de um acontecimento enunciativo que, para a Semântica do Acontecimento, a constituição dos sentidos depende, principalmente, das relações discursivas linguísticas. Para Guimarães o acontecimento é a materialidade histórica do real. O acontecimento temporaliza, significa algo que já faz parte do memorável e é esse memorável que vai caracterizando, produzindo o sentido. Assim, a nomeação historiciza uma relação do sujeito com língua, isto nos interessa enquanto analista.

Ao questionar a transparência da linguagem, o autor constitui um lugar que se possa considerar a história do sentido no processo de nomeação. Propusemos mobilizar nomes de ruas, avenidas, praças, escolas entre outros, para compreendermos tais nomeações quanto

materialidade que recorda uma memória de sentidos. Nosso recorte toma o aspecto do funcionamento dos nomes enquanto efeito do discurso institucional e administrativo do Estado. Considerando esse funcionamento do nome dos espaços urbanos na relação de identificação e enquanto efeito administrativo e institucional podemos dialogar com a perspectiva que vê a cidade enquanto espaço simbólico, espaço de interpretação conforme temos trabalhado, a partir da Análise de Discurso.

No espaço urbano de Vila Bela da Santíssima Trindade há duas escolas: uma no Jardim Aeroporto “Ricardo Franco” e outra no *Centro Histórico*, “Verena Leite de Brito”. A partir da perspectiva apresentada, analisamos as condições de produção/sentidos, historicizadas e materializadas nos nomes dessas escolas para compreender como esses nomes materializam história de sentidos e faz significar uma memória para comunidade vilabelense. Para entendermos a significação posta em jogo com os nomes Ricardo Franco e Verena Leite de Brito, faremos uma leitura das condições de produção, para depreendermos como se chegou a tal designação nominal.

Segundo o plano municipal de educação da Vila Bela da SS. Trindade, Verena Leite de Brito foi umas das pioneiras no que diz respeito ao ensino escolar na cidade de Vila Bela. Aluna da escola Santa Terezinha de Guajará-Mirim e, posteriormente catequista e professora da escola do sexo feminino em Mato Grosso. Em 1952, passa a existir a Escolas Reunidas em Mato Grosso⁴, por falta de qualificação, ela consegue ser apenas a diretora, perde o cargo de professora. Décadas depois a escola em Vila Bela passou a integrar em rede estadual, sendo assim denominada de Escolas Reunidas Dr. Fernando Corrêa. Em seguida é renomeada, vindo a se chamar Escola Estadual de 1º Grau Verena Leite de Brito, em homenagem à senhora Verena Leite de Brito pelo modo como evidenciam sua participação no processo de educação vilabelense.

⁴ Foi posto em funcionamento em Mato Grosso, dois tipos de instituição escolar, a do sexo masculino e do sexo feminino. Verena Leite de Brito que foi a primeira catequista e professora do sexo feminino e sua companheira Teodora da Cruz Geraldês. E o professor Bruno Profeta da Cruz coube assumir a escola do sexo masculino. No ano de 1952, por ato governamental, as duas instituições se uniram, recebendo a denominação de escola Reunidas em Mato Grosso e, assumiu a direção da escola a senhora Verena Leite de Brito. Alguns anos depois, com o projeto do governo federal de expansão e colonização das regiões de fronteira, a unidade escolar em Vila Bela passou a integrar a rede estadual de ensino com a denominação de escolas Reunidas Dr. Fernando Corrêa. Por falta do curso de magistério, Verena Leite perde o espaço de professora e diretora, passando a ocupar o cargo de secretária. Na inauguração de um novo prédio da escola, a comunidade achou por direito, junto as lideranças políticas locais, requeriram governo do estado a mudança na denominação de Escolas Reunidas Dr. Fernando Corrêa, para Escola Estadual de 1º Grau Verena Leite de Brito, tendo como propósito homenagear a senhora Verena Leite de Brito pelos serviços prestados a educação desde sua mocidade. Dessa forma, Decreto-lei 1.691 de 28 de Dezembro de 1978 formalizou a nova denominação.

A escola Ricardo Franco, que se encontra no bairro Jardim Aeroporto, compõe a rede municipal da região. Segundo os historiadores, o nome advém de um coronel militar de origem portuguesa, formado em engenharia e infantaria. Foi designado capitão pela rainha portuguesa para auxiliar na demarcação de limites do tratado de Santo Idefonso, para resolver as disputas territoriais resultantes das expansões das fronteiras do Brasil. Dirigiu também trabalhos de várias construções, entre as quais o Quartel dos Dragões em Vila Bela. Ficando como legado histórico e servindo como um dos pontos turísticos da cidade. Até então o nome do coronel é usado na denominação da escola e de umas das serras da região oeste do estado, conhecida como Parque Estadual Serra do Ricardo Franco.

Em nossa análise, recorreremos à temporalidade que é estudada por Guimarães, para entendermos como se dá o acontecimento enunciativo. É indispensável a não compreensão da temporalidade do dizer, para que possamos entender como se dá o processo de (re) nomeação e como que se faz sentido. Guimarães (2002, p.12) explica que o acontecimento tem sua própria temporalidade, que constitui “seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como latência de futuro”. Por esse viés, o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem esse funcionamento não há sentido e nem enunciação. Nesse espaço de temporalização, o passado no acontecimento é considerado uma rememoração de enunciações por ele recordada, abrindo uma latência de futuro para a constituição do sentido.

Nessa perspectiva, os nomes das escolas, não são de uma ordem autônoma e, sim de uma rede de significantes histórica que constitui a cidade. Pois ao (re)nomear é posto em funcionamento uma temporalização enunciativa, sob uma rememoração de um acontecimento real e histórico, porém, da ordem do simbólico. Ou seja, na relação enunciativa, acontecimentos de linguagem em que certo nome funciona, a nomeação é recordada por memorável e não por outra.

No funcionamento da configuração da temporalidade do acontecimento, as enunciações que nomeiam as escolas, são determinadas por uma história de nomes que se repetem para a cidade, e esta história determina a constituição das designações dos nomes das referidas escolas. O que devemos observar é, como que especificadamente o acontecimento recorta como memorável para cada nome. Podemos perceber que cada nome recorta um

memorável na história e, tem pertencimentos distintos no que diz respeito ao processo de urbanização da cidade. Por exemplo, o nome, Ricardo Franco reivindica sentidos para uma história nacional, pois ao tomarmos o modo o discurso da História como personagem que participa da efetivação de um projeto nacional, temos um nome que se materializa nas forças armadas e no período colonial. Verena Leite de Brito se configura como uma memória de uma história local da cidade, pela memória de fundação da escola, que tem como personagem coadjuvante a senhora Verena Leite de Brito. Vemos um gesto que particulariza e outro que nacionaliza territórios.

Ainda tratando das questões dos nomes, tomamos os nomes das praças públicas de Vila Bela e, buscaremos compreender as praças além de suas espacialidades físicas como praticas de lazer e acontecimentos festivos da cidade, ou seja, queremos compreendê-las como materialidade significativa que produz sentidos para o cidadão urbano. Se pensarmos uma nomeação como uma simples forma de classificação deixamos de considerar os fatores histórico-sociais que estão presente na linguagem. Assim como Guimarães considera, “vou considerar, tal como considera Rancière (1992), que os nomes identificam objetos.” (GUIMARÃES, 2005, p.9), no entanto, um nome, conforme essa concepção teórica vai além de uma simples denominação, ele constitui um texto carregado de historicidade e significação.

Ao direcionarmos nossos gestos de escuta para as denominações das praças públicas, veremos que cada uma evoca particularidades em seus memoráveis. Vejamos o nome de um das praças do *Centro Histórico* – Ricardo Francisco da Silva – o nome funciona como um marco na história local da cidade, pois Ricardo Francisco faz recortar um acontecimento da constituição da cidade e materializa assim, o sentimento de reivindicação e pertencimento ao espaço urbano que particulariza gestos de interpretação para esta história.

	<u>LCI nº 33787 de 21 de Setembro/87</u>
	<u>Dispõe sobre denominação de Praça Pública</u>
	Inus Leite de Brito, Prefeito Municipal de Vila Bela da SS. Trindade, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte:
Art. 1º	Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a denominar a Praça em frente do Cemitério Municipal, Praça Ricardo Francisco da Silva
Art. 2º	Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A praça do Jardim Aeroporto é denominada pelo nome “Vilmar Justino Soares”, personagem que é dito como um dos idealistas do bairro, além de ter prestados serviços à comunidade. Em memória deste personagem, como ato de homenagem, a nomeação designa uma memória específica do Jardim Aeroporto.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE.

<<BERÇO DE ESTADO>>

ADMINISTRAÇÃO 2005/2008

LEI Nº 779/2007

“DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA PRAÇA DO BAIRRO JARDIM AEROPORTO, CHAMAR-SE-Á PRAÇA VILMAR JUSTINO SOARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Wagner Vicente da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições.

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Como forma de reconhecer os relevantes serviços prestados a Comunidade do Bairro Jardim Aeroporto, a praça central do referido bairro, chamar-se-á Vilmar Justino Soares.

Pelas nomeações analisadas vemos uma divisão do real posta em jogo. As nomeações dos espaços urbanos que constituem o Jardim Aeroporto, parece silenciar, de um modo ou outro a história que significam Vila Bela como Antiga Capital, seja pela nomeação que

recorta uma história específica do bairro, seja pela evocação de uma história nacional. A espacialização da linguagem no Jardim materializa uma negação do *Centro Histórico*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já temos falado, nosso trabalho surgiu no interesse em compreender como o imaginário produz sentidos em relação ao real da cidade para os habitantes vilabelense. Uma vez que, os imaginários sobre cidade, (re) dividemos habitantes no espaço social, onde ecoam embates identitário. Como já discutimos de início, que ao conversarmos com os moradores da cidade de Vila Bela, é perceptível que o sentimento de pertencimento não é os mesmos, porém, dizem que são. No entanto, ao estabelecermos nosso lugar de escuta pelo processo de constituição do espaço urbano, pelo processo de organização do espaço urbano e o processo de nomeação do espaço urbano vemos uma regularidade de funcionamento que torna possível compreender as diferentes condições de produção de sentidos no/para o espaço da cidade. Orlandi (2003, P. 59) diz que “a Análise do Discurso não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica.”. Consideremos que o sujeito discursivo não realiza apenas atos. Se, ao falar, ele se significa e significa o próprio mundo, ao mesmo tempo, a realidade se constitui nos sentidos que, enquanto sujeito se pratica.

Pelo que vemos, a formação urbana do *Centro Histórico* e do Jardim Aeroporto se dão condições socio-históricas distintas e materialmente diferentes. Discursivamente sabemos que não dá para ler/compreender a cidade por um viés a-histórico. Consideramos que o esforço para permanência dos monumentos históricos no centro da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade constitui um marco, uma posição dada pelo Estado para sujeito/espaço em que ostenta um legado urbano e, desse modo, produz identificação para os moradores tradicionais e, o mesmo gesto torna objeto de negação de outros. O Jardim Aeroporto enquanto espaço simbólico não se constitui pelas mesmas relações de sentidos. Os sentidos mudam pela formação discursiva que aí se põe. Pelo que vimos a partir de nossos gestos de leitura, o Jardim Aeroporto se projeta/está projetado pela busca do moderno, por sentidos já atravessado pelo funcionamento ideológico do progresso onde a reivindicação se dá pelo espaço urbano do novo.

Vale ressaltar, que a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, ao perder o direito de capital, foi abandonada pelo Estado, ficando desolada por um período na história. O Estado retomou como legado e a reintroduziu nas práticas institucionais como lugar histórico. E essa retomada faz com que os sentidos sobre Vila Bela ecoem, passando a ser dita como

uma cidade turística. Uma das últimas manifestações do Estado para a cidade foi à aprovação da lei que, todo dia 19 do mês março, a capital de MT passa a ser designada simbolicamente para Vila Bela.

Dispõe sobre a transferência simbólica da Capital do Estado de Mato Grosso para o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade no dia 19 do mês de março de cada ano, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Capital do Estado de Mato Grosso será transferida, simbolicamente, para o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade todo dia 19 do mês de março de cada ano, marco da instalação da cidade como Capital da Capitania de Mato Grosso.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a desenvolver programação comemorativa e educativa para alusão do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade como a primeira Capital da Capitania de Mato Grosso na data do evento.

§ 1º Para o desenvolvimento da programação prevista *nocaput* poderá ser instituída comissão organizadora, cujos membros não serão remunerados, e canal eletrônico para receber contribuições e sugestões de cidadãos.

§ 2º O evento poderá contar com a integração dos Poderes Legislativo e Judiciário, observadas as suas respectivas competências.

Art. 3º As solenidades e atos oficiais realizados na data de que trata o art. 1º, entre outras abordagens, deverão resgatar a história da criação do Município como Capital, os fatos históricos respeitantes aos primeiros habitantes, à colonização, às etnias, à cultura, à forma de governo e criação da Capitania, às riquezas, ao momento histórico nacional e às tradições.

Essa retomada para Vila Bela faz produzir efeitos de pertencimento diversos no que tange ao espaço da cidade. Juridicamente o bairro Jardim Aeroporto constitui como espaço urbano de Vila Bela, porém, na prática, projeta uma busca de outros sentidos que não coincidem com '*Capital da Capitania de Mato Grosso*', pois as produções de sentidos são outras, há gestos de resistência postos em jogo. Por esse viés compreendemos que são memórias de sentidos que não coincidem. É um funcionamento que (re)divide sujeito/espaço da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ESTADO DE MATO GROSSO. Prefeitura municipal de Vila Bela da SS. Trindade: **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-PME**. MT, Vila Bela da SS. 2015.

FERNANDES, Weverton Ortiz. **Efeitos e Memória: A festa de narrativas vilabelenses.**/ Cáceres/ MT: Unemat, 2014.

GRANDE DOURADOS, Universidade Federal da. **O Governo Local na Fronteira Oeste: A rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII.** Várzea Grande -MT – 2011. Editora UFGD.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento: um estudo Enunciativo da designação.** São Paulo, Campinas: Pontes, 2002.

LE GOFF, Jaques. **O apogeu da cidade medieval.** Tradução Antonio de Padua Danise]. – São Paulo: Martins Fontes, 1992. – (O Home e a História)

MELGAÇO, augusto Leveger Barão de, 1802-1880. **Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso.** Cuiabá; Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. IHGMT, 2001.

ORLANDI, E. P. **Estudos da língua(gem).** Michel Pêcheux e a Analise do Discurso, Vitória da Conquista, N.1, p.9-3, Junho de 2005.

_____. **A desorganização cotidiana.** In Escritos: Percursos Sociais e Sentidos nas Cidades. No. 1. Campinas/SP: UNICAMP/LABEUB, 3-10. 1998.

_____. **Análise de discurso.** Princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes. 2003. 5. Ed.

_____. **Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil.** In: anais do 10 seminário de estudo em Análise de Discurso; 2003 now 10-13.

_____. **Do sujeito na historia e no simbólico.** In: Discurso e texto: Formulação e circulação dos sentidos. Campinas/SP: Pontes, (2001) 99-108.

_____. **Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense.** In: ORLANDI, Eni. Discurso, Espaço, Memória –Caminhos da Identidade no Sul de Minas. Editora RG. Campinas, 2011.

ROCHA DE DEUS, Divino Alex. **Cidade de Pontes e Lacerda: um espaço de sentidos em trânsito.**/ Cáceres/MT: Unemat, 2012.

SCHURMANN, Betina. **Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos.** Brasília: UnB, 1999. p. 149-178.

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida.** IN: O Fenômeno urbano. Tradução de Maria Correa Treuherz. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1973.